EXECUÇÃO PENAL E O MITO DA RESSOCIALIZAÇÃO

Disfunções da Pena Privativa de Liberdade

Ravazzano Lopes.

Ravazzano Lopes, Disfunções da ressocialização: disativa de liberdade./ Fernanda Baqueiro./ Curitiba: Juruá, 2017.

1. Execução penal. 2. Execução penal. 3. Direito

CDD 345.05 (22.ed.)
CDU 343.1

Curitiba
Juruá Editora
2017
Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
E-mail: editora@jurua.com.br


JURUÁ EDITORA
Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Baqueiro, Fernanda Ravazzano Lopes.
B222 Execução penal e o mito da ressocialização: disfunções da pena privativa de liberdade./ Fernanda Ravazzano Lopes Baqueiro./ Curitiba: Juruá, 2017.
306p.


CDD 345.05 (22.ed.)
CDU 343.1
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ............................................................................................................. 17

Parte I
O USO DA LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO ESTATAL E A CONSTRUÇÃO DAS FICÇÕES JURÍDICAS .............................................................................. 21

INTRODUÇÃO: Parte I – O USO DA LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO ESTATAL E A CONSTRUÇÃO DAS FICÇÕES JURÍDICAS .................................................. 23

Capítulo I A RELAÇÃO ENTRE A LINGUAGEM, O DIREITO E O PODER ................................................................................................................................. 25
1.1 Acepções do Termo “Poder”: Leviatã ................................................................. 25
1.2 O Saber e o Poder .............................................................................................. 28
1.3 A Estratificação do Poder e a Vigilância .............................................................. 31
1.4 O Poder em Pasárgada ...................................................................................... 33
1.5 Os Verdaedros Fatores Reais do Poder ............................................................... 34
1.6 A Função Simbólica da Linguagem e a Relação de Poder ...................................... 38

Capítulo II A FIGURA DO “BOM” INTÉRPRETE E A HERMENÊUTICA DESEJADA – UMA ABORDAGEM DA LEI 7.210/1984 E DA RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ ............................................................................. 41
2.1 Os Cientistas e seus Métodos ............................................................................ 42
2.2 Interpretação da Lei de Execuções Penais e os Objetos Culturais ........................................................................ 50

2.2.1 A insuficiência das regras tradicionais de interpretação: aproximação entre as normas constitucionais e as normas penais .................................................. 54

2.2.2 A tópica-retórica: análise do art. 127 da LEP .................................. 57

2.2.3 A técnica hermenêutica concretizadora: estudo do recurso ordinário em Habeas Corpus 124.775 RO e a possibilidade de remição ficta por culpa do Estado .................................................. 63

2.2.4 A sociedade aberta dos intérpretes ........................................ 69

2.2.5 Teoria da argumentação jurídica ........................................... 70

Capítulo III

A CONSTRUÇÃO DAS FICÇÕES JURÍDICAS E A LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA, EM BUSCA DO SIMBOLISMO DA LEI 7.210/1984 ........................................... 75

3.1 Os Ídolos de Bacon ........................................................................ 75

3.2 O Mito, a Linguagem e seu Papel na Sociedade para Cassirer ................................................................. 77

3.3 A Legislação Simbólica................................................................. 79

3.3.1 Símbolo, simbólico e simbolismo: delimitação semântica................................................................. 79

3.3.2 Simbolismo na estrutura social como legitima dor do sistema político e o uso da força ............... 81

3.3.3 A legislação simbólica ............................................................. 82

3.3.4 A constitucionalização simbólica, o direito penal simbólico e a Lei de Execuções Penais .............. 84

Parte II

OS POSTULADOS DA DEFESA SOCIAL E O MANIQUEÍSMO BEM/MAL ................................................................. 95

INTRODUÇÃO: Parte II – OS POSTULADOS DA DEFESA SOCIAL E O MANIQUEÍSMO BEM/MAL ........................................ 97
Capítulo IV
DA NECESSÁRIA ABORDAGEM DO MANIQUEÍSMO BEM/MAL, REGRA/CASÍSTICO, MORAL/AMORAL E O DESEJO PELA PUNIÇÃO

4.1 A Genealogia da Moral: Confusão entre Direito, Moral e Religião

4.2 A Punição e a Expiação dos Pecados: Culpa, Ressentimento e Coisas Afins em Freud e Nietzsche

4.3 A Violência Fundamental

Capítulo V
BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DA JUSTIFICATIVA DO EXERCÍCIO DO PODER DE PUNIR DO ESTADO

5.1 Enfoque da Justificativa da Punição na Antiguidade

5.2 Relação entre a Punição e a Teologia

5.3 Breves Observações sobre a Escola Penal Clássica e a Ideologia da Defesa Social

5.4 A Estatística Moral ou Escola Cartográfica

5.5 Breve Enfoque da Escola Penal Positivista e o outro Enfoque da Defesa Social e o Caráter Etiológico

Capítulo VI
A DEFESA SOCIAL

6.1 Adolphe Prins e a Primeira Doutrina da Defesa Social

6.1.1 O homem perigoso

6.1.2 Críticas necessárias

6.2 Fillipo Gramatica

6.3 A Nova Defesa Social

Capítulo VII
NOVAS VERTENTES DA CRIMINOLOGIA E A QUESTÃO SOCIAL

7.1 Teoria Estrutural-Funcionalista da Anomia em Durkheim e Merton

7.2 Labeling Approach (Paradigma da Reação Social) e as Cifras Ocultas da Criminalidade
Parte III

O CONCEITO NÃO REVELADO E AS FUNÇÕES NÃO DECLARADAS DO TERMO “RESSOCIALIZAR”

INTRODUÇÃO: Parte III – O CONCEITO NÃO REVELADO E AS FUNÇÕES NÃO DECLARADAS DO TERMO “RESSOCIALIZAR”

Capítulo VIII A FUNÇÃO DA PENA NO DIREITO PENAL LIBERAL – A PREVENÇÃO E A RETRIBUIÇÃO COMO CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO

9.1 A Moral, a Justiça e o Caráter Retributivo das Penas...

Capítulo IX O ESTADO SOCIAL INTERVENCIONISTA E O MITO DA “RESSOCIALIZAÇÃO”

9.2 Teoria Dialética Unificadora

Capítulo X ANÁLISE DO CONCEITO NÃO REVELADO DO TERMO “RESSOCIALIZAÇÃO”

10.1 Análise Etimológica do Termo “Ressocializar”

Capítulo XI A FUNÇÃO NÃO DECLARADA DA “RESSOCIALIZAÇÃO”

11.1 A Castração dos Indivíduos e o Processo de “Purificação”

11.1.1 O estigma e a deterioração da identidade

11.1.2 O comportamento desviante e o correccionalismo
11.2 O Trabalho e a Disciplina: o Preso como Engrenagem da Máquina Capitalista

11.2.1 O controle social: a disciplina, o horário, a vigilância e o trabalho

11.2.2 A disciplina, a sanção, o controle através do castigo no cárcere: análise do RDD e da definição de “falta grave” na Lei de Execuções Penais

11.2.3 O trabalho como forma de exploração do indivíduo: a concepção ainda atual do *animal laborans* e do *homo faber*, o perigo da alienação e o Inquérito Civil Público 021/1998-4

11.2.4 A “desaculturação” do indivíduo e a “culturalização prisional”

Parte IV

QUAL FUNÇÃO DA PENA? A FALÊNCIA DO DISCURSO RESSOCIALIZADOR, O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E OS DADOS ALARMANTES DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

INTRODUÇÃO: Parte IV – QUAL FUNÇÃO DA PENA? A FALÊNCIA DO DISCURSO RESSOCIALIZADOR, O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E OS DADOS ALARMANTES DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Capítulo XII O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E OS DADOS ALARMANTES DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Capítulo XIII QUAL FUNÇÃO DA PENA? A RESPOSTA GARANTISTA

13.1 A Resposta Garantista

13.2 Não Adoção das Demais Teorias

13.2.1 Não adoção do abolicionismo
13.2.2 Não adoção da criminologia radical e do *labeling approach* ................................................. 237
13.2.3 Não adoção do funcionalismo sistêmico radical ............................................................... 241
13.2.4 Não adoção do funcionalismo teleológico moderado ....................................................... 243
13.2.5 Não adoção do neorretributivismo ....................................................................................... 245
13.2.6 A teoria agnóstica da pena ................................................................................................. 248
13.3 Releitura da Lei de Execuções Penais sob o Enfoque Garantista e o Abandono do Mito da Ressocialização. 249
13.3.1 A exposição de motivos da lei: a adoção da nova defesa social ........................................ 250
13.4 A Coisa Julgada, a Execução Penal e o Sistema de Prêmios e Castigos na LEP ......................... 255
13.5 A Individualização da Pena e o Exame Criminológico ............................................................. 257
13.6 A Possibilidade da Justiça Restaurativa na Execução Penal ..................................................... 261
13.6.1 A justiça restaurativa ........................................................................................................... 262
13.6.2 A mudança do discurso da vingança e a desumanidade do processo penal ......................... 263
13.6.3 A mudança de paradigma na execução penal ................................................................. 265

**Parte V**

À GUIA DE CONCLUSÃO ................................................................................................................. 267

Capítulo XIV PALAVRAS FINAIS .................................................................................................... 269

REFERÊNCIAS ............................................................................................................................... 275

ÍNDICE ALFABÉTICO ......................................................................................................................... 287